

RESENHAS

ABREU, Regina. 1998. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco. 410 pp.

Candice Vidal e Souza

Doutoranda, PPGAS-MN-UFRJ

A reputação de *Os Sertões* como um clássico nacional ao longo do século XX e a consagração de Euclides da Cunha como autor de um dos maiores retratos da nacionalidade estão no centro da investigação de Regina Abreu. Na corrente de revisitações e inovações na pesquisa sobre os acontecimentos em torno da comunidade de Canudos, esta versão da tese de doutoramento, defendida em 1997 no PPGAS/MN/UFRJ, é publicada em boa hora, atestando que os eventos ocorridos há cem anos e suas interpretações constituem ainda desafios intelectuais contemporâneos. O trabalho de Abreu acerta ao escolher uma leitura de *Os Sertões* que privilegia sua dimensão de narrativa da nacionalidade, pois é em sua dimensão de peça explicadora da brasilidade que reside seu desconcertante prestígio e sua perenidade na memória nacional.

O primeiro capítulo, "O Livro 'Número Um'", recupera uma ocasião recente de rerepresentação das qualidades de *Os Sertões* na estante dos clássicos representativos da cultura brasileira. Na enquete feita pela revista *Veja* em 1994, entre quinze prestigiados in-

telectuais, a obra de Euclides da Cunha foi a que mais recebeu indicações. A autora reconhece nesse resultado um sintoma da eficácia das inúmeras ações consagradoras que construíram, desde sua primeira edição, um lugar para a obra e seu autor no sacrário da nação. Abreu sugere que a longevidade do valor simbólico de *Os Sertões* seria uma propriedade dos textos que respondem a demandas sociais, e que são capazes de redimensionar seu horizonte original de significação. A gênese de um clássico nacional é, pois, a questão teórica de fundo para pensar *Os Sertões*. Para fazê-lo, a autora recorre ao modelo construído por Bourdieu como apoio para elucidar os mecanismos institucionais de produção dos clássicos e identificar os agentes de consagração e as estratégias empregadas. O trabalho cumpre esse roteiro ao indagar sobre os antecedentes da obra e, em seguida, dedicar-se a própria criação do texto euclidiano, sua difusão e glorificação entre os letrados nacionais.

O capítulo seguinte, "Espaço dos Possíveis", situa Euclides da Cunha nas relações familiares que o envolviam e na sociedade imperial onde o futuro escritor encaminhou sua trajetória escolar e formou seus valores pessoais. Abreu apresenta, assim, "os caminhos possíveis e as perspectivas concretas" colocados diante do jovem nascido em 1866. A autora acrescenta informações sobre as condições do campo intelec-

tual na segunda metade do século XIX, apresentando as trajetórias de José de Alencar e Machado de Assis como contraste face àquela que se desenhava para Euclides da Cunha. Nesse panorama, há apenas um equívoco, que, se auxilia a traçar o perfil conservador da família de José de Alencar, não corresponde aos fatos da história cearense. Ao contrário do que se afirma (:55), a avó paterna de Alencar, D. Bárbara, foi partidária dos revolucionários de 1817.

O capítulo 3, “Domínio das Opções”, trata das alternativas efetivamente seguidas por Euclides da Cunha, ressaltando os significados de uma carreira militar no contexto da formação das elites imperiais, uma vez que escolheu cursar engenharia na Escola Militar. Desse período, destaca-se o episódio de insubordinação do cadete diante de seus comandantes, que o levou a ser expulso daquela instituição e a seguir a carreira jornalística. A colaboração com o jornal *Província de São Paulo* (*O Estado de São Paulo* depois de 1889) permitiu a ele expressar suas idéias republicanas e, mais tarde, o enviaria ao campo de batalha nos sertões baianos. Nesse momento, como enfatiza a autora, as esperanças políticas de Euclides da Cunha se concentravam em seu trabalho de engenheiro. A tarefa modernizadora que cabia aos engenheiros de seu tempo representava igualmente a nova ordem baseada na competência e no mérito que se deveria instalar no cenário republicano para que a nação pudesse ser refeita.

O seu duplo ofício de engenheiro e jornalista diante da guerra em Canudos é o tema do interessante quarto capítulo, que acompanha “Um Cientista no Front”. Os primeiros registros da opinião euclidiana sobre Canudos foram publicados em primeira página de *O Estado de S. Paulo*, sob o título de “A

Nossa Vendéia”, artigo inaugural de 14 de março de 1897, que se seguiu à derrota da terceira expedição contra Canudos, comandada por Moreira César. No segundo texto – publicado em 17 de julho de 1897 (:108) ou 18 de julho de 1897 (:116) – o autor trata das “dificuldades encontradas pelo Exército brasileiro para pôr fim ao conflito de Canudos” (:116). Como bem percebe a autora, esses artigos esclarecem as posições de Euclides da Cunha antes da escrita de *Os Sertões*, quando a autoridade do comentarista era reforçada por seus conhecimentos militares. Estão aqui, sob o olhar distanciado do militar cientista, as primeiras observações sobre o sertão e os sertanejos.

Na função de correspondente de guerra, Euclides da Cunha empreende a viagem rumo aos sertões. A experiência do conflito e o conhecimento direto do cenário físico e social em que ele se produzia funcionou como uma autenticação tanto do texto jornalístico quanto da reflexão antropológica de *Os Sertões*. Regina Abreu é hábil ao explorar os significados, inclusive metafóricos, dessa viagem. O bom uso de trechos do “diário de uma expedição”, escrito entre 7 de agosto e 3 de outubro de 1897, demonstra ao leitor que o autor realizou uma travessia particular entre dois mundos, entre duas formas de pensar o sertão e sua gente: “a viagem vai aos poucos humanizando o articulista de ‘A Nossa Vendéia’, obsedado pela adesão ideológica à causa da República” (:128). Daí porque “a eloquência desse primeiro olhar constituiria a matéria bruta para o futuro livro” (:135).

No quinto capítulo, “Sertões no Plural”, Abreu registra outros testemunhos da guerra, bem como interpretações de autores que não presenciaram o conflito, permitindo ao leitor perceber a situação do texto euclidiano entre os re-

latos de análise da guerra. Mais do que isso, permite apreender, sobretudo, o campo literário em que viria a circular *Os Sertões* e a aproximação de Euclides da Cunha a uma tradição de escrita sobre o sertão. Abreu inclui o autor entre os “escritores sertanejos”, definidos como “escritores nascidos no interior, em diferentes províncias e regiões do país, em oposição àqueles que nasceram nas principais cidades, especialmente na capital federal” (:176), com produção que privilegiava o universo sertanejo em oposição à realidade urbana. A autora explora a noção de campo literário para compreender o esforço de ascensão desse grupo em um mercado literário de fraca autonomia. A preferência temática é compreendida como estratégia, na medida em que “as histórias e lendas ‘sertanejas’” foram percebidas como um capital diferencial no mundo das letras (:180).

Abreu acrescenta, ainda, que seriam amplos os significados da categoria sertão nessa literatura, e que *Os Sertões* teria contribuído decisivamente para uma estabilização semântica da categoria, quando “sertanejo e sertão passaram a ser usados para se referir a uma região geográfica específica, região árida e desértica, como a que Euclides pisou como correspondente de guerra” (:193). Essa estabilização permanece, contudo, duvidosa, uma vez que este uso não corresponde à totalidade semântica da palavra, sendo enganoso supor uma fixação da referência geográfica da categoria. Sertão, antes e depois de Euclides da Cunha, é uma categoria polissêmica, empregada também na designação de espaços físicos nem áridos nem desérticos (os cerrados mineiros e goianos, as campinas do meio-norte, por exemplo), que só podem ser assim descritos no sentido da vastidão, da liberdade de movimento e

do rareamento das povoações – sentidos tão freqüentes em narrativas que tematizam sertões euclidianos e não-euclidianos.

O sexto capítulo, “Um Engenheiro Faz Literatura”, trata da recepção do livro escrito em São José do Rio Pardo – enquanto seu autor trabalhava na reconstrução de uma ponte – e publicado em 1902. A autora concentra-se nas críticas dos escritores José Veríssimo, Araripe Júnior e Silvio Romero, que seriam os primeiros responsáveis pela consagração de *Os Sertões*. Esse julgamento da obra euclidiana fortalecia a tarefa crítica e instituía a opinião autorizada como mecanismo adicional de reconhecimento de um escritor; reforçava igualmente a literatura regionalista e sertaneja no campo das disputas intelectuais do período. Euclides da Cunha passava a ser um escritor requisitado e esgotavam-se as edições de seu livro. O prestígio obtido levou-o ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, dois momentos de glória detalhados por Abreu.

Em “O Ideal Bandeirante”, a autora destaca a produção posterior a *Os Sertões*, incluindo seu valioso epistolário. Nesse capítulo, vemos o autor aderir a uma representação territorial da nação, tentando fazer do ideal bandeirante uma missão do intelectual nacional. Com a morte do escritor em 1909, inicia-se outra fase da fabricação de sua notoriedade. Como observa Abreu “é com Euclides da Cunha que tem início o culto do escritor como mártir nacional, um culto organizado e de longa duração” (:281), no qual o relato biográfico passa a compor a própria obra euclidiana, reforçando sua aura excepcional.

O oitavo capítulo dedica-se às iniciativas de culto à memória de Euclides da Cunha e às inúmeras apropriações de sua obra, que produzem o que

Abreu denomina “A Santificação do Escritor”. Com a absolvição de seu assassinato, admiradores do escritor fundam o Grêmio Euclides da Cunha. Em 1918, intelectuais paulistas aderem ao movimento euclidiano. No entanto, desde 1912, a cidade paulista de São José do Rio Pardo instituiu, por iniciativa de intelectuais regionais, o culto a Euclides da Cunha com atividades como as Semanas e Maratonas Euclidianas. Abreu apresenta uma etnografia desse euclidiano riopardense, cujos dados impressionam pelo que revelam do circuito de produção e reprodução de um saber sobre Euclides da Cunha, nesse campo intelectual de especialistas não-acadêmicos. Outra preocupação dessa seção é mostrar o papel do Estado Novo na consagração de *Os Sertões* e de seu autor. É ressaltada a apropriação que Cassiano Ricardo faz das idéias euclidianas, em especial a concepção de nacionalidade e território, em *Marcha para Oeste*. Não obstante, o leitor conhecedor de Ricardo sentirá falta de uma compreensão mais ampla de sua concepção de sertão, associada por Abreu exclusivamente à ruralidade.

A autora conclui seu trabalho com o capítulo que sugere ser *Os Sertões* “Um Clássico para Pensar o Brasil”. Atenta às leituras por vezes contraditórias de Euclides da Cunha por parte de seus consagradores, Abreu isola os valores fundamentais por elas retidos. Ao fim dessa extensa pesquisa, pode-se afirmar que a tarefa de desnaturalização da noção de “clássico” – no caso, a de “clássico nacional” – foi plenamente cumprida.

BOURDIEU, Pierre. 1997. *Sobre a Televisão – Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos* (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 143 pp.

Silvia Nogueira

Mestre, PPGAS-MN-UFRJ

A leitura de *Sobre a Televisão* permite compreender os motivos que levaram o original a ocupar, simultaneamente, duas listas na França: uma, a dos *best-sellers*; outra, a dos livros mais polêmicos e comentados pela imprensa francesa em 1997. Unindo um estilo crítico agudo, em que questões são abordadas de uma forma direta e profunda, a um método claro de exposição dos argumentos, o autor faz uma análise dos diversos mecanismos de censura e constrangimentos próprios ao que ele denomina campo jornalístico.

Ao longo do livro, particularmente no texto que dá título à obra e em “A Influência do Jornalismo”, Bourdieu aborda questões essenciais para aqueles que estudam a imprensa, os jornalistas ou o próprio campo profissional. Sua análise abandona a explicação corrente de que uma determinada ideologia dos dirigentes dos meios de comunicação é a principal responsável pelo que é produzido pela imprensa. Ao contrário, procura mostrar as diversas variáveis que influenciam o campo jornalístico e os elementos e regras próprios a esse meio profissional.

Para o autor, existem restrições externas (pressão econômica e obsessão pelos índices de audiência) e internas (necessidade de reconhecimento dos jornalistas por seus pares, submissão ao tempo de realização das tarefas e busca incessante pelo *furo de reportagem*) que fazem com que ocorra um esvazia-

mento político do que é veiculado, e a conseqüente despolíticação dos consumidores de informações (telespectadores ou leitores).

Nessa edição brasileira, uma tradução da 6ª edição francesa acrescida de mais dois textos, encontra-se “Sobre a Televisão” (uma transcrição revista e corrigida da gravação de dois programas realizados em março de 1996 durante alguns cursos do Collège de France e difundida pela televisão, em maio, na França) e “A Influência do Jornalismo” (publicado inicialmente em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 101-102, sobre jornalismo) – ambos presentes no original; além destes, foram anexados “Os Jogos Olímpicos” (uma forma resumida de uma comunicação apresentada em Berlim durante o encontro anual da Sociedade Filosófica para o Estudo do Esporte, em 1992) e um “Posfácio”, intitulado “O Jornalismo e a Política”. Neste, Bourdieu responde aos comentários gerados por seu livro na França, alimentando ainda mais o debate sobre jornalistas, o campo jornalístico e, de certa forma, a relação dos consumidores de informações mediatizadas com os próprios meios de comunicação.

A polêmica em torno do livro leva a pensar que a divulgação de seu conteúdo pelo autor é uma ação estratégica de provocação aos profissionais de imprensa e àqueles que produzem as informações, com o intuito mesmo de gerar discussão e provocar mudanças dentro do próprio campo jornalístico. Nesse sentido, o impacto causado por esse livro faz lembrar – e ele menciona isso – uma outra polêmica envolvendo uma obra sua: a do lançamento de *La Misère du Monde* (1993), organizado por ele e contendo artigos seus, dentre outros autores, que também se tornou um *best-seller* e foi amplamente criticado pela imprensa francesa.

Ao falar sobre televisão na televisão, com um discurso político e em parte panfletário – apesar de o autor negar isso –, Bourdieu mostra que é possível para esse veículo de comunicação se tornar “um instrumento de democracia direta”, em vez de converter-se em um “instrumento de opressão simbólica” (:13). A explicação para os jornalistas contribuírem para esse quadro foi bem explicitada em uma entrevista concedida por ele ao jornal *O Globo* (14/10/97), por ocasião do lançamento da edição brasileira: os jornalistas viveriam em um estado de “dupla consciência”, compartilhando ao mesmo tempo uma visão prática (muitas vezes cínica), em que os profissionais tiram o máximo de proveito das possibilidades que a mídia oferece; e uma visão teórica, “moralizante e carregada de indulgência por eles mesmos”.

Logo no início do livro, Bourdieu aponta a importância de se falar na televisão, desde que “*sob certas condições*”. Em seu caso, condições “excepcionais” oferecidas pelo serviço de audiovisual do Collège de France: tempo ilimitado para dizer o que quiser; assunto e modo de abordagem livres. Em suas palavras: “domínio dos instrumentos de produção” (:16). O autor avisa a seus interlocutores que ao falar dessas condições excepcionais já diz algo sobre as próprias condições em que se fala na televisão. A partir daí, crítica não somente aqueles que *fazem* a televisão, mas aqueles que *aceitam participar* dela, como cientistas, pesquisadores, escritores e os próprios jornalistas. Para ele, trata-se de “se fazer ver e ser visto” na televisão, “uma espécie de espelho de Narciso”.

Ao abordar os constrangimentos inerentes ao campo jornalístico, impostos a jornalistas, convidados – e, pode-se pensar, aos espectadores ou leitores

dos meios de comunicação –, Bourdieu na verdade discute “uma censura invisível” que permeia a atividade jornalística. Essa censura, do ponto de vista externo, é operada pela concorrência, pelas leis de mercado e pelos índices de audiência, enfim, constitui uma censura econômica, que é também política. Internamente, como uma autocensura, o efeito dessas pressões influencia o comportamento dos próprios jornalistas, que se lêem uns aos outros, têm origens sociais semelhantes, visões de mundo parecidas e buscam atender a expectativas de um (suposto) determinado público. O resultado disso é a produção de informações e abordagens homogêneas. O “espelho de Narciso” torna-se, assim, um instrumento “pouco autônomo”, limitado pelas “relações sociais entre os jornalistas, *relações de concorrência* encarniçada [...], que são também *relações de convivência*, de cumplicidade objetiva” (:50-51).

A difusão de informações em grande escala pela televisão, Bourdieu atribui, de um lado, à abordagem de “assuntos-ônibus” – temas superficiais que tentam agradar a todos com o intuito de prender a atenção do espectador e aumentar os índices de audiência – e, de outro, ao acesso à “notoriedade pública”, “um prêmio capital” para políticos e certos intelectuais. Bourdieu alerta para a tendência da televisão em dominar econômica e simbolicamente o campo jornalístico, fazendo com que os jornais impressos tenham de lutar por sua sobrevivência. Desse modo, fornece uma “agenda” para outros veículos de comunicação, uma vez que um assunto só se torna importante quando abordado pela televisão. Vê-se ocorrer, então, uma “circulação circular da informação” (:73).

Bourdieu discute também que, se de um ponto de vista, o campo jornalís-

tico é um dos que mais sofre influência externa (pressão econômica e dos índices de audiência), de outro, exerce pressão sobre outros campos culturais. Como campo “dominado pela lógica comercial” (:81) impõe, cada vez mais, suas limitações para outras esferas. Como em um efeito cascata, “através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre os outros jornais, [...] o jornalismo [...], os jornalistas, que pouco a pouco deixam que problemas de televisão se imponham a eles” (:81).

Para falar da possibilidade de resistência aos efeitos produzidos pelo campo jornalístico, Bourdieu evoca o que ele chama de *lei de Jdanov*. De acordo com ela, quanto mais restrito o produtor cultural a seus clientes, pelo autor entendido como seus concorrentes, mais autônomo e capaz de resistir à colaboração com os “poderes externos”, i.e., “Estado, Igreja, partido e, hoje, jornalismo e televisão” (:90).

A influência do campo jornalístico em outros campos culturais é analisada mais detalhada e tecnicamente em “A Influência do Jornalismo”. O autor define o campo jornalístico como o lugar de uma lógica específica, constituída por dois princípios de legitimação: o do reconhecimento dos jornalistas pelos pares (por intermédio do conhecimento dos princípios internos ao campo) e o da maioria (materializada no número de leitores, ouvintes ou espectadores, i.e., nas vendas e seus lucros).

Nesse texto, Bourdieu analisa os mecanismos próprios ao campo e o que chama de “efeitos da intrusão” (:109). Estes dizem respeito à influência em outros campos e o que ela gera: perda de autonomia, sendo que aqueles mais afetados pela lógica comercial – porque possuem menor “capital específico

(científico, literário, etc.)” – são os mais influenciados pelo campo jornalístico. O produtor cultural seria, então, o principal responsável por tais interferências, uma vez que circula entre o campo jornalístico e outro campo específico.

Em um “Pequeno Post-Scriptum Normativo”, Bourdieu justifica sua intenção com a publicação de “A Influência...”: propor um “programa de ação” entre “artistas, escritores, cientistas e jornalistas”, para os “detentores do (quase) monopólio dos instrumentos de difusão”, a fim de que aumente a divulgação das “contribuições mais universais da pesquisa” e o acesso a esses dados (:117).

Chegando ao final de *Sobre a Televisão*, temos “Jogos Olímpicos” e “Posfácio”. O primeiro, uma brevíssima análise dos Jogos Olímpicos enquanto um evento mundial, constituindo mais um roteiro preliminar com pistas para aquele que escolhe o tema como objeto. Sua inclusão no livro justifica-se devido à relação que o autor estabelece entre os Jogos Olímpicos e a imprensa mundial, que transforma um acontecimento esportivo em um espetáculo. Para o leitor, porém, fica a sensação de frustração, quando se faz uma comparação entre as outras partes do livro e esta superficial comunicação de 1992.

Já o “Pós-fácio” funciona como uma resposta à crítica dos jornalistas ao livro original, onde aparentemente tenta esclarecer seus objetivos com a divulgação de sua análise. E exprimindo uma falsa surpresa, pergunta: “Como explicar a extrema violência das reações que a análise que se acaba de ler provocou nos jornalistas franceses mais destacados?” (:131). A esta indagação, Bourdieu responde que os jornalistas sofreram o “efeito da transcrição” – próprio a esses profissionais –, em que a escrita das palavras faz desaparecer artifícios

usados para compreender e convencer (lembre-se que *Sobre a Televisão* fez parte de uma comunicação originalmente oral, filmada). Além disso, o autor destaca a tendência dos jornalistas a se interessarem mais pelas supostas “conclusões” do que pelo caminho a que se chega a elas.

O “Posfácio” traz ainda, e talvez por se esperar isso do autor, outras críticas. Dentre elas, a de que a imprensa, com sua lógica de valorizar o novo e o importante, em detrimento das pequenas mudanças cotidianas, contribuiria para construir uma “visão des-historicizada e des-historicizante” (:140) do mundo. O limite disso residiria no encontro entre o cinismo dos produtores de televisão e o dos espectadores.

ERIKSON, Philippe. 1996. *La Griffes des Aieux: Marquage du Corps et Demarquage Ethniques chez les Matis d'Amazonie*. Paris/Leuven: Peeters. 365 pp. Series: *Languages et Societes d'Amérique*, 5.

Elvira Belaunde

Profª de Antropologia, University of Durham

Esse livro convencerá o leitor de que o que sai da boca das mulheres é digno da melhor pesquisa antropológica. Estou falando sobre cerveja, preparada com produtos da roça e fermentada com saliva feminina. A análise de Erikson das idéias matis de gosto revela uma lógica englobante modelada na preparação e transformação da comida “doce” *bata* em bebida “amarga” intoxicante *chimu*. O sabor, o autor demonstra, é a chave para o pensamento e a prática matis. Ele gera uma ordenação dual “doce/amargo” dos mundos social e da floresta, que não é estático e polariza-

do, mas dinâmico e processual, como a fermentação. O que temos aqui é uma lógica de diferenciação visando uma mistura apropriada de opostos, que favorece o crescimento e o controle sobre os extremos a-sociais. Fazer cerveja fornece uma metáfora-base a todos os processos de maturação, incluindo o crescimento de meninos e meninas, a acumulação de “poder místico” *sho* e o declínio da morte. Flagelações rituais, decorações corporais e o escurecimento da pele com tatuagens, em particular, são meios culturais de tornar o corpo “amargo”, portanto, vigoroso e capaz de trabalho duro, em oposição a um corpo preguiçoso excessivamente “doce”. Se o “amargo” é buscado ativamente, seu excesso é letal, pois se o concebe com conduzindo à perda de controle sobre os “poderes místicos” e à feitiçaria. Como a boa cerveja forte que é “amarga” e também levemente “doce”, a idéia matis do social é a de uma proporção adequada de sabor.

O trabalho de Erikson trata de temas centrais às sociedades Pano, das quais ele afirma que os Matis constituem um caso típico. Embora não reivindique ter tocado em um princípio pan-amazônico, seus achados ecoam várias etnografias da região e fornecem inestimável alimento para o pensamento. Seu estudo põe um fim à popularidade outrora desfrutada pela hipótese de Siskind de que a troca de carne por sexo era a base da sociedade Sharanhua (também um grupo Pano), e, de fato, das sociedades caçadoras da floresta tropical em geral.

Erikson mostra que não é sexo, mas cerveja, a contrapartida feminina da comida, pois fazer cerveja é uma atividade misticamente tão poderosa quanto matar animais (e os caçadores são verdadeiramente sedentos de cerveja). Além do mais, a paixão matis pelo

“amargo” e pelo trabalho pesado sustenta a interdependência dinâmica e a mistura dos gêneros. Homens trabalham para manter as mulheres, e vice-versa. Nenhum deles pode fazer sua parte sem a contribuição do outro. Isto não quer dizer que homens e mulheres tenham *status* iguais; mulheres são concebidas como “mais doces” que os homens, pelo menos até alcançarem a menopausa. Mas através de seus ciclos de vida e de seus trabalhos, ambos os gêneros crescem “amargos” e amadurecem à sua própria maneira. Como Erikson afirma, a diferenciação dos gêneros é um meio cultural de torná-los mais próximos por meio da cooperação.

Embora o autor se desculpe por seus escritos não conterem a reflexividade esperada das etnografias pós-modernas, sua discussão é bem ilustrada com interpretações de suas experiências e citações de seus informantes. Seu estilo é, contudo, por vezes, seco e conceitual, mas esse é um preço menor a pagar por uma análise rica em detalhes etnográficos maravilhosos e idéias iluminadoras. Além disso, o trabalho de Erikson é historicamente situado de um modo que poucas etnografias amazônicas o são. O autor mostra que os Matis do Brasil, entre os quais ele e sua mulher passaram doze meses entre 1985 e 1986, são os sobreviventes de epidemias devastadoras e que suas práticas culturais e as percepções de sua história foram inevitavelmente afetadas pela rápida diminuição de sua população. Seguindo uma lógica caracteristicamente amazônica da morte como fruto da ação humana, os Matis acreditavam ter atraído as doenças para si devido à falta de controle sobre seus próprios “poderes místicos”. A resposta histórica para dar um fim ao que eles viam como sua autodestruição foi restringir a acumulação ritual de decorações corporais

e tatuagens pelos indivíduos, de modo a frear o fardo do “amargo” entre eles.

O leitor pode erroneamente pensar que, por se tratar de uma etnografia especializada, ela é de pouco interesse para uma audiência antropológica mais ampla. Longe disso, a novidade teórica e a argumentação persuasiva da análise de Erikson derivam de seu sólido fundamento etnográfico, mas são inspiradoras para um contexto amazônico mais extenso, assim como para muitas outras sociedades espalhadas pelo mundo inteiro, onde princípios culturais são incorporados [*embodied*] em decorações, gostos e capacidades de trabalho. Embora evidentemente tributária do estruturalismo francês, a abordagem de Erikson evita com sucesso as armadilhas de polarizações abstratas e camisas-de-força dualistas. Como a fermentação, seu trabalho nos lembra o borbulhar da vida.

Tradução: Sílvia Nogueira

Revisão técnica: Carlos Fausto

KULICK, Don. 1998. *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press.

Cecília McCallum

Prof^a Visitante de Ciências Sociais, UFBA

Esse estudo dos travestis de Salvador da Bahia pode ser lido sob várias perspectivas: como uma etnografia lírica e extremamente bem escrita, um ensaio teórico sobre a relação entre representação corporal e subjetividade ou uma contribuição importante à antropologia de gênero. Desde o momento em que o leitor pega o livro e começa a ler as primeiras frases, experimenta uma sensa-

ção rara na antropologia. Torna-se difícil parar, como um romance policial bem feito ou uma história de horror. Kulick tem jeito com as palavras, suga o leitor para dentro do imaginário e da vida diária dos travestis, que fazem parte de todas as páginas do livro. O autor teve acesso a esse imaginário por intermédio de uma pesquisa de campo durante a qual conviveu com um grupo de travestis. Morou junto com eles, ficou na rua esperando clientes com eles, e fez parte das suas vidas durante um ano. Tal convívio resultou em uma visão inusitada dessas pessoas, pois reúne um conhecimento de aspectos particulares das suas vidas com uma forte empatia entre pesquisador e pesquisados que marca fortemente o livro. A combinação de conhecimento e afeto sustenta a qualidade literária da obra que, no entanto, não dispensa uma acuidade teórica e uma discussão bem travada com temas centrais na antropologia cultural.

Além do efeito positivo do método clássico de observação participante, Kulick fez uso de técnicas desenvolvidas na antropologia lingüística, aperfeiçoadas na sua monografia baseada em pesquisa de campo na Papua Nova Guiné (publicada pela Chicago University Press). O texto incorpora e discute trechos de dezesseis entrevistas em profundidade e vinte horas de interações espontâneas cuidadosamente transcritas e traduzidas, dando voz a um grupo de travestis de uma forma que o leitor também pode analisar os seus discursos e a etnografia que os contextualiza.

Os travestis consideram-se homossexuais plenamente assumidos, e não falsas mulheres ou mulheres em pele de homens. O livro elabora um retrato do contexto da vida dos travestis em uma área de baixa renda no antigo Pelourinho. Mostra o processo de tornar-se tra-

vesti, desde os primeiros contatos homossexuais quando ainda meninos, até a entrada na prostituição na adolescência. Faz uma descrição detalhada das modificações corporais com hormônios e silicone, e a própria prática da prostituição que pode levá-los até a Europa. Descreve a vida amorosa dos travestis, seus casos e casamentos com homens, as relações sociais com outros travestis e com seus vizinhos, a ruptura com a família de nascimento e a relação com a mãe. Detalha, nas palavras dos informantes, o prazer sexual que sentem com clientes e outros, e o prazer de representarem com êxito o papel de mulheres e, assim, se sentirem “mulheríssimas”. Kulick não deixa de lado os jogos de poder dos travestis, entre eles e os clientes, de um lado, e os namorados, de outro, fazendo uma análise sutil da dinâmica da vida privada e profissional deles. O capítulo final trata da questão da subjetividade “engenerada” (*gendered subjectivity*) e defende a proposta analítica central do livro, que aborda o sistema de gênero brasileiro.

Kulick enfatiza a perspectiva etnometodológica, tentando privilegiar a construção coletiva de uma realidade entre os travestis, em relação à qual eles se orientam no curso da sua ação. Nesse sentido, o livro é basicamente o estudo de um pequeno e bastante singular grupo de adolescentes e jovens (e algumas pessoas mais velhas) e da sua cultura, autoconcebida como “individualista” e pouco orientada para a construção de laços sociais (capítulo 1).

No entanto, o livro pretende ser muito mais do que apenas um estudo de caso. Ambiciona o “explicitar a lógica não-expressa que sustenta interações contextualmente situadas” (:17). Para Kulick, essa lógica é, no seu âmago, cultural. Faz parte do sistema de gênero brasileiro, que se baseia em uma

visão não-essencialista e dinâmica da pessoa e do corpo. O autor defende a proposta que no sistema brasileiro a construção de gênero é travada na prática da sexualidade e que o gênero *não* é tido como um atributo inerente de corpos vistos como biologicamente diferentes. A distinção entre pessoas com e sem órgãos genitais masculinos entra no discurso dos travestis, mas, segundo argumenta Kulick, a distinção de gênero principal está baseada na posição adotada no ato sexual, e não em uma noção cultural do sexo do corpo. Assim, a distinção básica será entre homens (que penetram) e não-homens (que são penetrados), e não entre homens e mulheres. O gênero pode mudar da noite para o dia, se um “homem verdadeiro” cede à tentação de assumir a posição passiva. Assim, vira um “viado” e pode então ser rotulado com os termos do gênero feminino – “ela, menina, bicha” etc. Os corpos masculinos podem ser transformados em corpos altamente femininos, mediante manipulações cirúrgicas, bio-químicas e estéticas, utilizando todo o repertório da representação da feminilidade em que os travestis são mestres.

Isso não é surpreendente enquanto se trata de uma etnografia da masculinidade e da homossexualidade brasileira. No entanto, Kulick tenta demonstrar que esta é a essência do sistema de gênero brasileiro como um todo. Para ele, os travestis cristalizam as noções que sustentam a distinção entre homem e mulher, e sintetizam as principais mensagens sobre gênero no Brasil. Este ponto representa uma crítica àqueles estudos e interpretações que tratam os travestis como perversos, ambíguos ou como operando inversões no sistema de gênero no Brasil. Kulick insiste que em vez de inverter o sistema, os travestis o aperfeiçoam. Há que se admitir que o

poder do argumento, desenvolvido sem trégua em um texto tão completo e de agradável leitura, é forte. Porém, vale colocar algumas ressalvas.

Esse estudo é uma etnografia moderna. Longe dos excessos do estilo pós-modernista, incorpora avanços e críticas de recentes trabalhos teóricos que fazem parte ou se inspiram nesse movimento. Gênero visto como processo, construído nas práticas e nos discursos, é fruto desse enfoque, como também é a incorporação, dentro da análise culturalista, da discussão da subjetividade. A cultura, nesse livro, não aparece como uma rede geertziana de significados ou símbolos, flutuando acima dos sujeitos que a constroem, e sim como gerada em cada momento das suas vidas diárias. Nesse sentido, não há como rebater a tese de que esses travestis-prostitutas fazem uma síntese do sistema cultural brasileiro de gênero, pois todo grupo social no país que participe dos mesmos discursos hegemônicos e da mesma história nacional de qualquer tipo pode fazê-lo também. A antropologia vive buscando as lógicas não-expressas atrás das práticas. Mas será que esse é um sistema global, no sentido de que todos fariam a mesma síntese? Um grupo de mulheres de baixa renda em Salvador, por exemplo? Até que ponto um estudo de um grupo pequeno e singular de homens pode representar significados culturais gerados por milhões de pessoas? De fato, Kulick reconhece plenamente essa crítica, e chama a atenção do leitor para a necessidade de mais etnografias de outras subjetividades “engeneradas”, especialmente das mulheres. Desse modo, sua tese age como um desafio aos estudiosos de gênero, e um ponto de partida para um debate renovado.

Talvez venha a ser nas relações entre os sistemas do tipo que os travestis

cristalizam que uma lógica maior se revelará. Por exemplo, a construção de gênero na vida diária das pessoas plenamente envolvidas no projeto de reprodução e parentesco (como a maioria das mulheres de baixa renda, e muitos homens também), ao ser relacionada com a análise efetuada por Kulick, poderia proferir uma dimensão de generalidade mais digna de ser chamada de “sistema de gênero brasileiro”. Assim, poder-se-ia afirmar que os travestis cristalizam muito bem uma parte; uma análise que termina com a sua subjetividade, no entanto, não deixa pistas para outras diversas subjetividades no mesmo meio ambiente cultural. Talvez Kulick devesse evitar a expressão “sistema de gênero brasileiro”, substituindo-a por outra, menos restrita e mais aberta a outras subjetividades.

Claro que só se pode fazer tal comentário como uma resposta à clareza e à força do argumento de Kulick, que faz da sua etnografia o seu palco e a sua artilharia teóricos. Resta fazer algumas pequenas críticas. O livro mereceria uma atenção maior da equipe editorial, que deixou escapar um número inaceitável de erros. Na capa ocorrem outros erros, como por exemplo o comentário de Scheper-Hughes que situa o Pelourinho na Cidade Baixa, quando o correto, sabemos, seria na Cidade Alta. Espera-se que estes detalhes sejam corrigidos na segunda edição, que seguramente sairá em breve.

NOGUEIRA, Oracy. 1998. *Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga* (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti). São Paulo: Edusp. 245 pp.

Giralda Seyferth

Prof^a de Antropologia, PPGAS-MN-UFRJ

Em 1954, no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, Oracy Nogueira apresentou um breve estudo comparativo da “situação racial” brasileira com a de outros países, em especial os Estados Unidos, no qual explicitou uma tipologia dicotômica do preconceito racial, proposta como modelo ideal. Afirmou, então, a existência de dois padrões de discriminação: “preconceito racial de marca” e “preconceito racial de origem”. Alguns dos critérios classificatórios demarcadores da distinção são discutíveis pela carga de subjetividade que possuem, sobretudo aqueles relacionados à dimensão afetiva das relações interpessoais, ideologia, etiqueta e ascensão social. À parte as críticas relativas ao fato de Nogueira estar trabalhando com tipos ou modelos ideais, pesaram na construção teórica das duas formas de preconceito, principalmente, o modo de atuação e a definição de membro do grupo discriminado: estabeleceu, em primeiro lugar, que o preconceito de marca determina uma preterição, e o de origem uma exclusão dos membros do grupo atingido; em segundo, que o fenótipo ou aparência racial define o membro do grupo discriminado onde o preconceito é de marca, e a ascendência prevalece nessa definição onde o preconceito é de origem.

Aparência e descendência são, assim, centrais na definição dos respectivos tipos. Mas deve ser ressaltado que,

em 1954, Nogueira tentava reformular a noção de preconceito de cor, vigente na literatura sobre relações raciais, para distinguir uma variante brasileira de preconceito racial. Afastou-se, então, de algumas explicações predominantes à época – igualmente influenciadas pelo contraste comparativo com os Estados Unidos –, que subestimavam a questão racial para reduzi-la a um problema de classe. A contribuição desse trabalho está justamente no delineamento da especificidade da discriminação e do preconceito racial no Brasil, e sua relação com o que chama de “marca” e seus pressupostos fenotípicos.

A base empírica da formulação desse modelo veio do trabalho de campo que Nogueira realizou em Itapetininga (SP), no âmbito do programa de pesquisa patrocinado pela UNESCO. Como relatório de pesquisa, o texto “Relações Raciais no Município de Itapetininga” foi publicado duas vezes, em 1954 e 1955 (primeiro em partes, na revista *Anhembi*; depois em volume organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes). A reedição do texto pela Edusp, após trabalho de edição realizado por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, permite retomar a discussão sobre o modelo analítico das relações raciais proposto pela noção de preconceito de marca. Embora orientado, em parte, pela perspectiva dos estudos de comunidade – conforme assinalado na “Apresentação” –, o estudo sobre Itapetininga contém argumentação que conduz ao delineamento da noção de preconceito de marca, por oposição a preconceito de origem, sem qualquer preocupação comparativa mais sistemática com a “situação racial” (expressão que o autor usa entre aspas) americana.

A sistematização do preconceito de marca enquanto reveladora de uma

modalidade brasileira de relações raciais partiu da consideração de Itapetininga como um microcosmos do país. Assim, o modelo ideal não está circunscrito aos limites de um estudo de comunidade, atribuindo-se a ele um alcance explicativo que abarca a realidade brasileira.

A parte mais substantiva dos dados reflete as peculiaridades locais. A distribuição da população segundo as estatísticas censitárias de 1940 é um exemplo: pretos e pardos somam apenas 9,2% do total, o que certamente está longe de representar a realidade “nacional”. No entanto, esse fato, bem como a análise relativamente sucinta, e muitas vezes incompleta, das relações raciais não obscureceram o argumento central da definição do preconceito à brasileira, referido ao princípio assimilacionista do branqueamento.

O tema do branqueamento, com seu corolário de ascensão social, é abordado desde o primeiro capítulo – um breve estudo sobre o papel do escravo na economia local. Nogueira trabalhou, sobretudo, com os inventários de proprietários – tipo de documento amplamente utilizado por historiadores – para mostrar que os escravos eram a forma preferencial de emprego de capital, constituindo, na maioria dos casos, o principal elemento do patrimônio dos senhores.

A composição da população segundo classe e cor – do século XVIII até a abolição – é o tema do segundo capítulo. A partir da hierarquização da população livre por cor e ocupação, estabelece uma correspondência entre cor e estratificação social, identificando uma classe dominante de proprietários brancos em um extremo, a massa de cativos composta majoritariamente de “pretos crioulos” e “pretos africanos” ou “de nação”, no outro, e uma população li-

vre de brancos e mestiços pobres competindo pelos ofícios de maior prestígio. Esses dados serão o ponto de partida para a identificação dos elementos definidores do preconceito de marca: basicamente, um processo de branqueamento da população livre, no qual a cor branca é condição essencial (embora não exclusiva) de ascensão social, e a conseqüente preterição dos indivíduos portadores de traços negróides facilmente identificáveis. Destaca, então, o fenômeno da “incorporação maciça dos mestiços mais claros ao grupo branco” e da “preferência estética pelo tipo ‘moreno’, isto é, pelos indivíduos de traços caucasóides associados à cor queimada da pele escura e dos cabelos” (:67), concluindo que a ascensão de classe e o branqueamento são aspectos de um mesmo processo. Por outro lado, afirma que tal fenômeno está ausente na classe dominante – exclusivamente constituída por brancos e endogâmica – que justifica seu *status* pela cor da pele.

Nos dois últimos capítulos da parte do livro dedicada ao tempo da escravidão, esse tema é intermitentemente retomado mediante referências ao afluxo de população de outras áreas da província e de imigrantes – com a formação de uma nova elite de abastados que não pertencem às famílias tradicionais – e ao empobrecimento de uma parcela de descendentes da classe dominante local, que engrossou um núcleo de profissionais urbanos, majoritariamente republicanos e favoráveis à Abolição. Enfim, ao assinalar as mudanças na estrutura social ocorridas nas últimas décadas do Império, o autor registra um aumento no número de brancos que atribui à migração e à mestiçagem.

Na segunda parte do livro, a contribuição fundamental de Nogueira, baseada nas observações de campo e nos dados do recenseamento de 1940, é

uma breve discussão do sistema de classificação racial e seus critérios, relativizando os dados censitários. Ele pondera que os dados do censo provêm de declarações dos próprios recenseadores (ou de seus familiares), fato que implica a exageração da proporção de brancos (89,7%) e subestimação das categorias de cor (juntos, pretos e pardos compõem 9,2% da população). Depois, pela observação direta, o autor estimou o grupo mestiço não incorporado ao contingente branco em 20%; somados aos 5,2% de pretos registrados pelo censo, Itapetininga teria 1/4 de sua população classificada como “gente de cor”. Independente disso e das inúmeras graduações que marcam os indivíduos classificados como brancos e mestiços, fica evidente o papel da “aparência racial” na atribuição de categorias de identificação e as muitas possibilidades de “branqueamento”. Dessa perspectiva, “a variedade de combinação de traços, que podem ir do preto ‘retinto’ [...] ao branco de cabelos finos [...], uma vez posto de lado o critério de origem e considerado apenas o fenótipo, fez com que os limites entre as diversas categorias [...] seja indefinido, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa, podendo, além disso, a identificação do indivíduo quanto à cor, ser influenciada pela associação com outros característicos de *status* [...] com tendência a se atenuar a cor de indivíduos socialmente bem-sucedidos” (:146-147).

Essa menção à maleabilidade dos critérios de classificação, a dificuldade de definir uma linha de cor, ou mesmo a visualização do branqueamento como um dos mecanismos de ascensão social, são alguns dos elementos que levaram à formulação de um tipo específico de preconceito racial (que Nogueira não considera um mero preconceito estético

baseado na aparência, conforme alguns dos seus críticos).

Evidenciam-se na pesquisa as ambigüidades do sistema classificatório racial no Brasil, instruído pelo reconhecimento histórico de um processo de mestiçagem que possibilita a incorporação dos mestiços mais claros ao grupo branco. As dificuldades desse processo são explicitadas para mostrar como o preconceito racial se manifesta. Assinalar o branqueamento como condição de ascensão equivale, no caso, a desvendar a própria natureza do preconceito racial no Brasil e sua ideologia.

A ideologia brasileira de relações raciais, definida como “ostensivamente miscigenacionista e igualitária” (:196), é o objetivo do quarto capítulo. Apesar de dar peso excessivo ao passado escravista como fundamento explicativo da existência de discriminação racial, a análise dos dados demonstra que a ideologia igualitária encobre “um tipo sutil e sub-reptício de preconceito” (:196), que integra o sistema de representações coletivas do grupo branco. A sociedade impõe, assim, restrições à mobilidade social de pretos e mulatos e “lhe reserva humilhações e dissabores de que os brancos em igualdade de condições estão isentos” (:196). São mencionadas as manifestações mais óbvias de preconceito – provérbios, estereótipos, atitudes de menosprezo à cor escura etc. – para distinguir o modelo brasileiro do americano pela ausência, no primeiro, de segregação racial. Essa aparente visão amenizada do preconceito no Brasil, na verdade, aponta para princípios socialmente pouco explicitados, mas eficazes, de discriminação.

Nogueira aponta para os estigmas raciais que servem como “a espada de Dâmocles da humilhação” (:200) para os portadores de características negróides, mas também afirma que a ideolo-

gia brasileira possui elementos que as pessoas de cor podem usar para fazer reivindicações (mas não diz quais), pois não existe separação absoluta entre brancos e pretos, e a situação é de *acomodação* e não de tensão. A descrição de representações teatrais e os materiais em apêndice, contudo, deixam entrever uma “linha de cor” que está longe de evidenciar acomodação, especialmente se for considerado que brancos e negros (a “gente de cor”) freqüentam clubes diferentes.

Independentemente das falhas e limitações eventuais na interpretação das relações raciais, a reedição do livro é oportuna porque propõe um modelo analítico mais geral para pensar a realidade brasileira a partir de um caso exemplar. Além disso, o formato do texto – incluindo, em apêndice, um grande número de documentos e dados obtidos na pesquisa de campo – mostra o cuidado do pesquisador com suas fontes. Não obstante a dificuldade de pensar a noção de *marca* dicotomicamente – como se os pressupostos de ascendência ou origem estivessem ausentes –, o estudo sobre Itapetininga demonstra que a cor da pele e outros atributos fenotípicos sinalizadores de miscigenação, mais do que símbolos de posição social e indicadores de classe, representam a natureza do preconceito racial no Brasil, percebida de forma mais dramática pelas novas gerações.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). 1998. *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 310 pp.

Stephen G. Baines

Prof. de Antropologia, UnB

O livro constitui-se em uma coletânea de textos escritos entre 1983 e 1994 em que se busca descrever os aparelhos de poder coloniais que têm papel determinante na geração de terras indígenas. Aparelhos de poder que “obedecem a lógicas e interesses específicos, que não podem de maneira alguma ser confundidos com as razões e motivações das populações que legalmente pretendem representar” (:8). Todos os textos estão relacionados ao Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: Invasões, Uso do Solo e Recursos Naturais (PETI), do Museu Nacional, e coordenado por João Pacheco de Oliveira. Seu objetivo, ao lidar com FUNAI, SPI, INCRA e tribunais de justiça, foi realizar uma análise processual do poder. O processo de criação de terras indígenas, o indigenismo e a ação indigenista são focalizados como uma forma de territorialização, para romper com perspectivas naturalizantes e a-históricas (:9).

O primeiro artigo, “Redimensionando a Questão Indígena no Brasil: Uma Etnografia das Terras Indígenas”, de João Pacheco de Oliveira, apresenta uma etnografia dos processos sociais envolvidos no estabelecimento das terras indígenas no Brasil, dirigindo sua atuação para os processos jurídicos, administrativos e políticos pelos quais o Estado vem a reconhecer direitos territoriais dos povos indígenas. Privilegiando os grandes processos históricos de mudança, o autor aborda a política in-

digenista a partir de uma preocupação totalizante e histórica dentro da tradição da antropologia brasileira. Após esclarecer que o termo “terra indígena” é uma categoria jurídica definida pelo Estatuto do Índio de 1973, e comentar esta lei, apresenta valiosos dados estatísticos, seguindo a classificação de terras indígenas feita pela FUNAI, que revelam o histórico do processo de demarcação. Desmitifica a “idade de ouro” do antigo SPI ao revelar que as 54 áreas demarcadas por este órgão abrangem uma extensão total de menos de 300 mil ha, isto é, apenas 2,4% do total de terras indígenas já demarcadas. Fica evidente a estratégia de ação do SPI de criar áreas reduzidas para os índios, livrando assim o restante das suas terras para ocupação dos brancos. Afirma o autor que em muitos casos as áreas demarcadas pelo SPI são muito “*menos uma reserva territorial* do que uma *reserva de mão-de-obra*” (:34) associadas a formas temporárias de trabalho assalariado. O artigo inclui também uma crítica às fontes sobre demarcação e uma comparação dos dados de fontes diferentes, refletindo sobre as quatro esferas de decisão na demarcação de terras indígenas, e apontando um caminho para a etnografia dos procedimentos administrativos e uma análise política do processo de demarcação das terras indígenas.

O segundo artigo, “Terras Indígenas, Economia de Mercado e Desenvolvimento Rural”, foi escrito a título de apresentação da Listagem das Terras Indígenas, organizada pelo PETI-Museu Nacional e pelo CEDI, em 1987. O texto mostra dados sobre a situação jurídico-administrativa das terras indígenas no Brasil, apoiado em quadros e gráficos, e nele o autor rebate, com dados estatísticos, alguns dos argumentos mais comumente usados por setores

antiíndigenas no país. Revela-se que é “no âmbito das microrregiões e dos municípios que transparece mais nitidamente a presença indígena, que se concentra de modo privilegiado em certas áreas dos estados” (:57). O autor mostra que em muitas unidades da Federação a média de ocupação por habitante de cada hectare de um imóvel rural é *inclusive inferior* à relação ha/índio verificada nas terras indígenas, e que a acusação de que as terras indígenas são demasiado extensas em relação à sua pequena população é completamente falsa (:61). As estatísticas revelam que o reconhecimento das terras indígenas na Amazônia não constitui empecilho para os programas governamentais de colonização e reforma agrária e que na maior parte da Amazônia as terras indígenas formam áreas de extensão menor do que as terras aproveitáveis não exploradas dos imóveis rurais existentes. Abrangendo todo o Brasil, a proporção das terras indígenas *vis-à-vis* as áreas de latifúndio seria somente de 18% (:68). O autor conclui que o reconhecimento das terras indígenas não coloca em risco, de maneira alguma, o desenvolvimento rural.

Os próximos quatro textos foram divulgados em 1989, em uma publicação com tiragem muito pequena do Museu Nacional/UFRJ. “Demarcação e Reafirmação Étnica: Um Ensaio sobre a FUNAI”, o terceiro artigo desta coletânea, de autoria de João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner Berno de Almeida, divulgado em 1985, já se tornou um ensaio clássico sobre o indigenismo da FUNAI. Baseia-se em uma etnografia realizada na sede dessa instituição entre outubro de 1984 e fevereiro de 1995. Após abordar o caráter emergencial das ações, os autores tratam da identificação das áreas indígenas e da composição dos GTs, seguida por uma

discussão de obstáculos de trabalho e critérios de caracterização. Destaca-se a discrepância entre a ação e as ideologias indigenistas. O texto traz para os atores do indigenismo uma percepção crítica do sistema de crenças e de práticas que orientam o processo de demarcação das terras indígenas, ao refletir sobre os atos administrativos, considerando-os como fenômenos sociais e políticos.

O quarto artigo, “Ação Discriminatória: Terras Indígenas como Terras Públicas”, de Lucy Paixão Linhares, é baseado em uma pesquisa realizada em 1986 nos arquivos da Divisão de Projetos Fundiários do INCRA (MIRAD) e na Divisão de Regularização Fundiária da FUNAI. A autora traça a história das terras indígenas no Brasil. A análise das relações entre o INCRA e a FUNAI demonstra que a cooperação criada pela lei não existia na prática, o que prejudicou os interesses dos índios. Durante os anos 60 e 70, com a intensificação da ocupação dos espaços vazios no interior do país, houve um processo acelerado de transferência de terras públicas para as mãos de particulares. A autora afirma que “o processo discriminatório, que poderia ter o objetivo de promover a regularização fundiária e distribuir terras públicas à população sem terra, tem sido utilizado de forma inversa, reforçando e incrementando a concentração fundiária [...]” (:146). Ao identificar e arrecadar as terras devolutas, o processo tem reproduzido a estrutura fundiária concentradora.

O quinto artigo, “A Participação do Poder Judiciário na Definição da Terra Indígena”, de Ana Lúcia Lobato de Azevedo, resultado da sua dissertação de mestrado, enfoca a dinâmica da lei, tendo como objeto as terras dos Potiguara na Paraíba. A autora toma o Poder Judiciário como parte de um campo

político mais amplo com o qual se articula, influenciando e sendo influenciado pelos processos sociais que nele ocorrem, revelando suas características contraditórias que acentuam tanto a justiça quanto a corrupção.

O sexto artigo, “A ‘Identificação’ como Categoria Histórica”, de Antonio Carlos de Souza Lima, visa considerar a historicidade da *identificação* de terras indígenas, trabalho que propõe um diálogo direto com o capítulo 3 da coletânea, comparando a atuação fundiária da FUNAI com a ação indigenista do Estado durante o período de vigência do SPI, pontuando as idéias básicas que norteiam a constituição da prática de identificação. O autor traça a história da categoria “identificação”, mostrando seu aparecimento recente no indigenismo brasileiro a partir da Portaria nº 255/N, de 2 de junho de 1975.

O sétimo capítulo, “Os Relatórios Antropológicos de Identificação de Terras Indígenas da Fundação Nacional do Índio...”, de Antonio Carlos de Souza Lima, visa refletir sobre a relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, no período de 1968 a 1985, a partir da análise dos relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas. O autor procura tratar da dimensão textual desse gênero de documento (:223). Após discutir a antropologia e a narrativa para dar um suporte teórico ao enfoque da retórica dos relatórios de identificação, Souza Lima passa a analisar os relatórios em si (:235), ainda apontando problemas para explorações futuras da antropologia e do indigenismo. Enfatiza que “nada pode superar a falta de pesquisa séria, empiricamente embasada” (:265) para abordar essas questões. O autor conclui que as críticas produzidas pelo PETI e reunidas nesse livro, “aliadas a outras intervenções de advogados, outros antropólogos

e ONGs [...], repercutiram fortemente sobre as práticas antropológicas e administrativas” (:266), sedimentando-se um novo quadro jurídico-normativo cujas repercussões devem ser avaliadas. A cena política hoje tão distinta do ano de 1985 faz necessário averiguar o quanto certos pontos críticos foram ultrapassados (:267).

O oitavo e último capítulo, “Os Instrumentos de Bordo: Expectativas e Possibilidades de Trabalho do Antropólogo em Laudos Periciais”, de João Pacheco de Oliveira, reflete sobre os perigos e armadilhas que podem ser colocados pela colaboração entre antropólogos e advogados, no encontro da pesquisa antropológica com a ação judicial e as demandas indígenas. Esse texto, desde a sua publicação pela ABA, CPI-SP e UFSC, em 1994, tornou-se leitura imprescindível para quem trabalha com laudos periciais. O autor preocupa-se com as tarefas e expectativas atribuídas aos antropólogos no contexto, bem diverso daquele estrito da prática antropológica, da elaboração de um laudo pericial. Retoma as questões específicas e complexas que são dirigidas ao antropólogo no contexto judicial, problematizando, de maneira exemplar, o encontro entre a antropologia e o direito: questões, dentre outras, como a definição de um grupo étnico (:272), da continuidade atribuída a um grupo étnico (:275) e a indagação sobre em que medida um grupo humano atual poderia vir a ser classificado como indígena (:279).

O livro constitui uma contribuição que marca os estudos sobre o indigenismo no Brasil, oferecendo uma base sólida de reflexão antropológica séria sobre o assunto, e também abrindo espaço para a crítica teoricamente fundamentada. Esses textos, que já tiveram um grande impacto a partir da sua pu-

blicação anterior, continuarão a repercutir sobre as práticas antropológicas e indigenistas. Além disto, essa coletânea aponta um caminho para trabalhos comparativos do indigenismo no Brasil com as práticas indigenistas em outros Estados-nação.

SOUZA, Candice Vidal e. 1997. *A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora UFG. 171 pp.

—————
Fernanda Arêas Peixoto

Profª de Antropologia, Unesp/Araraquara

Para um grande número de intérpretes do Brasil, o sertão representava espaço vazio, imensidão desértica a ser conquistada. Se essa porção incógnita do país constituía fonte permanente de preocupações intelectuais e políticas, já que trazia à tona o dilema da formação do território e da nação, carregava também consigo o selo da brasilidade. O ambiente sertanejo, onde seriam produzidos os “brasileiros originais”, parecia abrigar o corpo e a alma da pátria. Cobiçado, explorado e temido, o sertão foi, antes de mais nada, imagem fabricada, invenção dos homens cultos que, das varandas costeiras, olhavam para o interior. E é disso que trata o livro de Candice Vidal e Souza: das versões e visões construídas sobre o espaço interior do país.

A partir da seleção de diferentes interpretações do Brasil que ancoraram a reflexão sobre a singularidade nacional na categoria de espaço, a autora persegue o imaginário geográfico desenhado nos discursos sobre a construção da nação e a identidade brasileira. Das representações nativas da nacionalidade, mostra ela, emerge a pátria geográfica,

invenção discursiva daqueles para os quais a problemática da nacionalidade deveria ser equacionada espacialmente. A unidade precária do país, composto por “porções partidas”; a “nação incompleta”, descontínua territorialmente; o desequilíbrio e a heterogeneidade do espaço; e a oposição sertão/litoral, constituem tópicos recorrentes nas célebres narrativas de Euclides da Cunha, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, e nas menos conhecidas reflexões de Victor Vianna, Mário Travassos, Nestor Duarte e outros.

A heterogeneidade de obras e autores não intimida a analista que, sob os “olhares distintos”, busca “as visões convergentes”, as similaridades existentes entre os diversos “retratos do sertão”. Assim, convivem lado a lado no texto a análise do movimento bandeirante empreendida por Cassiano Ricardo, em 1940, e as formulações de Oliveira Vianna e Victor Vianna sobre o espaço rural brasileiro e as bandeiras, ambas da década de 20. Os impasses colocados pela sociabilidade política própria do interior, marcada pelos espírito privatista e localista que desafiam a centralidade do Estado, aproximam os escritos de Nelson Werneck Sodré (*Oeste*, 1941), de Nestor Duarte (*A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, 1939), de Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*, 1958), do próprio Oliveira Vianna e de alguns outros. Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Elísio de Carvalho e Mário Travassos avizinham-se no mapeamento que empreendem do universo sertanejo e no projeto de fazer do sertão “lugar perto”, conhecido e passível de transformação. A narração da formação da fronteira, desdobramento do mesmo imaginário que opõe sertão e litoral, alinhava as teses de J.F. Norman, Vianna Moog, Roy

Nash, Alberto Torres etc. Nas palavras da autora, o estudo faz notar “a insistência com que a temática do espaço nacional aparece na reflexão sobre fundações e sentidos de nacionalidade [...]. Fala-se de lugares nomeados sertão e litoral para informar sobre a realidade e os sonhos que situam a nação brasileira em sua particularidade” (:156).

Não há dúvida que o ensaio de Candice Vidal e Souza, originalmente dissertação de mestrado, percorre o pensamento social brasileiro de um ângulo original, o das idéias geográficas, e o faz combinando paixão interpretativa à competência narrativa. As discussões acerca da formação da nacionalidade ganham novas inflexões se observadas do prisma da conquista espacial e das políticas territoriais, mostram estudos recentes aos quais o de Candice vem se somar (lembro, a título de exemplo, o volume, também de 1997, *O Corpo da Pátria, Imaginação Geográfica e a Política Externa no Brasil – 1808/1912*, de Demétrio Magnoli, Unesp/Moderna).

A quantidade de questões que o livro levanta – mais um de seus méritos – permitiria enfrentá-lo de diferentes pontos de vista. Mas, nos limites de uma resenha, concentrarei este comentário no que considero o problema de fundo da interpretação: o do foco analítico. Vejamos. Já na Introdução, a autora explicita a sua visada crítica: trata-se de exercitar uma perspectiva etnográfica na abordagem dos discursos e não de realizar uma história das idéias. Nesse sentido, a análise descarta um olhar de rigor historiográfico sobre esses autores, ou os debates internos ao campo histórico. Não se trata tampouco de discutir com os intérpretes as suas teses. Estes são, antes de mais nada, informantes, nativos falando do Brasil. E diante das narrativas cultas sobre a nacionalidade que produzem, “busca-se tão-somente

anotar e relacionar trechos das histórias relatadas, ou seja, de que acontecimentos estão povoadas as narrativas e por qual lógica os autores organizam os fatos” (:20).

Os diversos fragmentos de textos escolhidos – a partir de um critério de seleção extremamente vago, diga-se de passagem – compõem, ao fim da análise, uma única narrativa sobre o país, que o singular empregado durante todo o texto permite flagrar: “o escritor” afirma; “o olhar que narra”; “o sujeito classificador”; o “viajante” etc. Ora, se colocar a autoria em suspeição não é novidade (*vide*, por exemplo, a proposta arqueológica de Foucault, estranhamente não mencionada), não se encontra de modo nenhum descartada no trabalho de Edward Said sobre o orientalismo, uma das principais inspirações da análise de Candice. Se a autora rejeita as “semantizações fechadas”, como ela mesma diz, e não está interessada nos contextos históricos, talvez pudesse ter levado a sério o paradigma lévi-straussiano, assumindo que se trata de construir um mito (seu) a partir da manipulação de “materiais míticos” de diversas procedências, e de procurar desvendar os processos de transformação que permitem passar de um mito a outro. Nesse caso, não haveria por que indicar autores e obras, mas de afirmar o singular com todas as letras. Ou, então, poderia ter seguido as sugestões de Said até o fim, que não apenas parte das obras, como empreende detalhadas contextualizações históricas para montar a trama discursiva sobre o Oriente.

Os titubeios da autora em relação ao foco escolhido são responsáveis por desequilíbrios na análise que se revelam, por exemplo, no tratamento extremamente desigual dado aos autores. Em alguns casos, nota-se um esforço por situar e analisar mais pormenorizada-

mente uma obra (apesar das expressas intenções contrárias); em outros, ao inverso, trata-se de menções rápidas a trabalhos importantes ou de referências ligeiras em notas de rodapé. Além disso, pergunto-me se a excessiva preocupação com as figuras de linguagem não acaba desviando a análise de certas problemáticas clássicas, mencionadas de raspão, mas nunca enfrentadas. Assim, a controvérsia sobre os “dois Brasis”, que mobiliza adeptos e críticos em diversos momentos do debate intelectual sobre o país, parece se reduzir a um mero jogo discursivo que opõe sertão e litoral. Do mesmo modo, as explicações sobre algumas posturas políticas e intervencionistas deslizam do plano sociológico para o terreno da pura subjetividade, e o engajamento – que aliás possui sentidos inteiramente diversos no século XIX e nas décadas de 30 ou 60 –, explicado, ora pelo inconformismo, ora pela insatisfação ou pelas intenções do narrador.

A indecisão analítica que faz a interpretação pender, em linhas gerais, entre uma inspiração mais estruturalista, não levada a termo, e outra mais afeita aos conteúdos e contextos, tampouco assumida, tenta encontrar equilíbrio e justificativa em uma espécie de colagem teórica, em que se juntam pedaços das sugestões de Edward Said, Hayden White, Benedict Anderson, Lévi-Strauss, Almir de Andrade e outros (curiosamente, Clifford Geertz, referência importante quando o assunto é etnografia do pensamento, não engrossa o rol de autores citados). Desse mosaico de enfoques, algo inusitado, emerge a perspectiva etnográfica anunciada. Etnografia que, contrariando os ensinamentos clássicos da disciplina, retira os informantes de suas “tribos” de origem, mas não os coloca em relação, tal como propõe Lévi-Strauss.

Ao lidar com autores e obras – alguns inclusive já bastante estudados – a partir de uma seleta de imagens – em que são cortados os nexos das obras com os seus contextos de produção, das obras entre si e, no limite, das imagens com a própria obra em questão –, a análise corre o risco de aplainar diálogos e controvérsias, os argumentos viram metáforas, os debates transformam-se em representações.

Ao levantar esses problemas não pretendo proceder a uma condenação do método (aliás, não há, como sabemos, métodos bons ou ruins em si mesmos), mas de chamar a atenção para os limites da escolha feita, ou de refletir sobre a sua rentabilidade para o material em questão.

VELHO, Gilberto. 1998. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 214 pp.

Lívia Barbosa

Profª de Antropologia, UFF

Escrever a resenha de um livro que originalmente foi uma tese de doutorado defendida em 1975 impõe, de imediato, discutir as razões pelas quais só foi publicada mais de vinte anos depois, em 1998. Isto se justificaria por um, ou mais, dos seguintes motivos: pertinência do tema, relevância das informações, atualidade das questões teóricas e metodológicas, valor histórico no interior da disciplina, importância da obra na trajetória do autor. *Nobres e Anjos* preenche pelo menos três desses requisitos. O livro oferece-nos uma boa etnografia sobre o estilo de vida e a visão de mundo das camadas médias da cidade do Rio de Janeiro da década de 70, dan-

do-nos uma perspectiva histórica dos processos de reprodução, diferenciação e hierarquização social da época. Ele pode ainda ser considerado um marco nos estudos de antropologia urbana no Brasil. Por último, sem dúvida alguma, ele representa um passo importante na trajetória intelectual de Gilberto Velho, finalmente resgatado com essa tardia publicação.

Nobres e Anjos tem como um de seus objetivos principais o mapeamento dos estilos de vida e visões de mundo de dois grupos das camadas médias cariocas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Primeiro, os vanguardistas-aristocratas, que pertencem ao que o autor denominou de “roda intelectual-artístico-boêmia”. Segundo, um grupo de jovens surfistas, cujo ponto de referência era uma lanchonete em Ipanema, mas com origem social estruturalmente semelhante à do outro – burguesia empresarial e profissionais liberais com projeto de ascensão social –, os “nobres” e os “anjos”, respectivamente.

Os “tóxicos” funcionam nesse contexto mais como porta de entrada para esses estilos de vida e visões de mundo do que como tema central. Sua importância é conjuntural, ou seja, funcionam basicamente como demarcador de fronteiras e de hierarquias em determinadas situações, não se constituindo em elemento central na construção da identidade dos dois grupos.

O livro divide-se em seis capítulos, nenhum exclusivamente teórico. Etnografia e teoria misturam-se ao longo de todo o texto, com um predomínio da etnografia. Os três capítulos iniciais dedicam-se à etnografia dos vanguardistas-aristocratas. No primeiro, temos a descrição da composição do grupo, o período de observação, as situações descritas e consideradas importantes pelo autor e o detalhamento do estilo de vida

do grupo. O segundo, dedicado ao uso dos tóxicos, descreve padrões de consumo, tipos de tóxicos consumidos, estratégias de compra, hierarquias estabelecidas, categorias sociais associadas ao seu uso e depoimentos. O terceiro apresenta uma descrição da formação cultural e visão política do grupo, sustentada por oito depoimentos, nos quais as perspectivas de mundo aparecem com mais clareza, permitindo-nos entender as vinculações das diferentes percepções e atitudes políticas com o estilo de vida anteriormente descrito.

Por meio dessa etnografia, ficam claros para o leitor os diferentes projetos culturais construídos através do consumo de drogas e o início do processo de “cosmopolitização” das camadas médias altas da sociedade brasileira. Nesse sentido, *Nobres e Anjos* fornece material valioso para os interessados em uma antropologia do consumo ou em ampliar a discussão sobre estilos de vida como uma forma de segmentação social. Os processos de hierarquização descritos e as categorias utilizadas inter e intragrupos indicam como os sistemas de *status* eram (e ainda são) protegidos e reproduzidos através do conhecimento dos princípios de classificação dos bens, da hierarquia e da noção de “apropriado”, ou seja, do gosto. As viagens e os roteiros turísticos, os tipos de programas de lazer, as roupas, o uso do corpo, os tipos de conhecimentos valorizados, os dias selecionados para jantar fora, as cidades estrangeiras mais “consumidas”, os tipos de bebidas preferidas, o jornal estrangeiro lido – todos servem como marcadores sociais, tornando possível mapear o universo de gosto e de estilos de vida e as oposições estruturais e diferenças que operavam na nossa sociedade na década de 70.

Neste contexto, os trabalhos de Bourdieu, Mary Douglas e Isherwood

acerca do papel desempenhado pelas mercadorias do setor terciário na reprodução social dos segmentos no ápice da pirâmide social são adequados para entender os vanguardistas-aristocratas. Esses autores observam que o tempo e o investimento em capital simbólico e cultural se tornam uma necessidade permanente à medida que subimos na pirâmide social, a fim de que as atividades de consumo e o estilo de vida possam ser mantidos como marca conspícua de diferenciação social. Informações sobre bens e mercadorias (como, quando, por que e com quem usá-los) tornam-se fundamentais na criação de barreiras de ingresso, técnicas de exclusão e pontes com pessoas e visões de mundo semelhantes.

A etnografia dos vanguardistas-aristocratas permite uma outra linha de reflexão bastante fértil. Refiro-me aos primeiros passos das camadas médias e altas da sociedade brasileira em direção a um consumo cosmopolita, com o objetivo de se integrarem em um circuito e em um projeto cultural que hoje poderíamos denominar de “globalizado”. Esse circuito permite que os “nobres” brasileiros se sintam em casa em solo europeu e estrangeiros em sua própria terra. A etnografia registra bem essa vontade de “pertencer ao mundo”, uma marca hoje bem mais disseminada entre camadas médias urbanas brasileiras.

O quarto capítulo é dedicado inteiramente ao grupo dos jovens surfistas. Em comparação com o primeiro grupo, as informações sobre os surfistas são, infelizmente, limitadas. Em nenhum momento sabemos quantas pessoas foram consideradas “membros”, nem o motivo exato pelo qual esse grupo de jovens foi escolhido, nem quanto tempo duraram as observações, nem como o estudioso abordou os seus informantes etc. Há a descrição de alguns inciden-

tes, mas não de qualquer “situação” formal, como no caso dos vanguardistas-aristocratas. Predominam no texto citações esporádicas das falas de membros do grupo, e não depoimentos mais estruturados, como no exame do primeiro grupo. O desequilíbrio nas abordagens dos dois grupos é evidente e nunca chega a ser inteiramente explorado de forma consistente pelo autor.

No quinto capítulo o autor propõe-se a fazer uma comparação entre os dois grupos e inicia esta tarefa procurando resolver precisamente o problema do desequilíbrio entre as etnografias de forma a legitimar a comparação. Sua estratégia é explicitar as diferentes circunstâncias em que as pesquisas foram realizadas e refletir sobre as consequências delas. No que concerne ao grupo vanguardista, ficam claros os laços afetivos íntimos que existem entre os seus membros e o autor. Ele revela que as pessoas do grupo “representam parte considerável do meu círculo de relações”, admitindo que se considera parte do universo investigado, compartilhando das mesmas visões de mundo (:185). Portanto, quanto a esse grupo ficam claras para o leitor tanto as facilidades do acesso como as dificuldades metodológicas e teóricas que daí podem resultar, embora o autor se resguarde de elaborá-las.

Em relação aos surfistas, a situação de pesquisa é descrita como difícil. O acesso foi, no mais das vezes, indireto. O autor admite que falou pouco com esses jovens e que as entrevistas foram obtidas com dificuldade (:186). Mesmo com esse esclarecimento, o autor é muito econômico na discussão das consequências das diferenças entre os dois grupos e não tira as dúvidas que persistem no leitor.

De toda forma, a comparação é feita e o procedimento crucial que a viabi-

liza é a atribuição, por parte do autor, da classificação de “grupo de *status*” para ambos os grupos. A partir de uma mesma matriz socioeconômica, legitimada pela educação, Velho procura demonstrar que se desenvolveram duas visões de mundo distintas, representadas pelos dois grupos, que se relacionam com tendências mais amplas existentes na sociedade, como a roda intelectual-artístico-boêmia e a “contracultura carioca”.

Embora distintos em termos etários, em estilos de vida, em percepções políticas, nas formas praticadas de hedonismo, os dois grupos apresentam, contudo, pontos de contato. Um deles é o uso de tóxicos e os “problemas decorrentes da ilegalidade da atividade e do desvio em relação à cultura dominante”. Outro ponto de contato é o aristocratismos que, embora com formas diferentes e conteúdos específicos, expressa um princípio hierarquizador ativo, tanto para os vanguardistas-aristocratas como para os jovens surfistas.

No entanto, pareceu-me que a forma como a comparação foi levada a cabo e o caminho encontrado pelo autor para legitimá-la acaba por ocultar um aspecto que, em textos posteriores, se tornou um dos principais projetos intelectuais de Gilberto Velho e uma das suas mais importantes contribuições: o mapeamento das diferentes expressões do individualismo existentes no interior das camadas médias. Em *Nobres e Anjos* esse interesse se esboça claramente. A preocupação com as biografias individuais – com a noção de talento e criatividade associada à competição, a busca pela autenticidade e pela expressividade interiores, a busca pelo autocohecimento via psicanálise e um hedonismo assentado na busca por “prazeres” dos vanguardistas-aristocratas – contrasta com a maneira pela qual os

juvens surfistas constroem as noções de individualidade, de liberdade, de igualdade e de um hedonismo centrado em sensações e oferece-nos sugestões importantes através dos múltiplos caminhos que o individualismo pode encontrar no seio das camadas médias.

O autor conclui, chamando a atenção para que não se tome rigidamente a noção de visão de mundo. A analisada é cheia de ambigüidades e suas fronteiras flutuantes. Ao mesmo tempo que é importante demarcar grupos, mais ainda é entender as suas trocas e influências recíprocas. Nesse sentido, Velho considera importante observar que, se do ponto de vista socioeconômico esses grupos poderiam estar associados a uma cultura dominante/oficial, eles também podem ser considerados “oprimidos”, na medida em que não se encontram inteiramente livres para expressar suas respectivas visões de mundo e posições em relação ao “tóxico”. Do ponto de vista de uma cultura oficial, ele pode funcionar como um elemento englobante, abarcando no seu interior segmentos inteiramente distintos em suas respectivas visões de mundo a partir da categoria “desviante”. Entretanto, categorias abrangentes, como “consumidores de tóxicos”, podem ser enganosas, tendo em vista que, não é o fato do uso dessas substâncias que dá unidade a essas pessoas, mas a maneira como são utilizadas.